

BRASÍLIA

Fim da taxa de marinha em Vitória aprovada em comissão no Senado

PEC vale para outras capitais litorâneas, mas ainda será votada no plenário

▄ **RONDINELLI TOMAZELLI**
rtomazelli@redgazeta.com.br

Vitória e outras ilhas costeiras que são sedes de municípios poderão ficar livres da cobrança de taxas de marinha no país. Apresentada ainda em 2013, a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) do capixaba Ricardo Ferraço (PMDB) foi aprovada ontem na Comissão de Constituição e Justiça do Senado com relatório favorável de sua colega de bancada Rose de Freitas (PMDB).

Agora, a mudança segue para dois turnos de discussão e votação no plenário da Casa, ainda sem data definida. Se obter a maioria qualificada dos 81 senadores e passar, segue para mais duas apreciações da Câmara.

Em paralelo a esse novo passo, abriga para reduzir as taxas continua no Congresso. De um lado, parlamentares de Estados litorâneos afetados pela cobrança da União sobre ocupantes e fo-

UNIÃO FATURA

100 mil

famílias

É o total de afetados pelas cobranças de taxas de marinha no Estado.

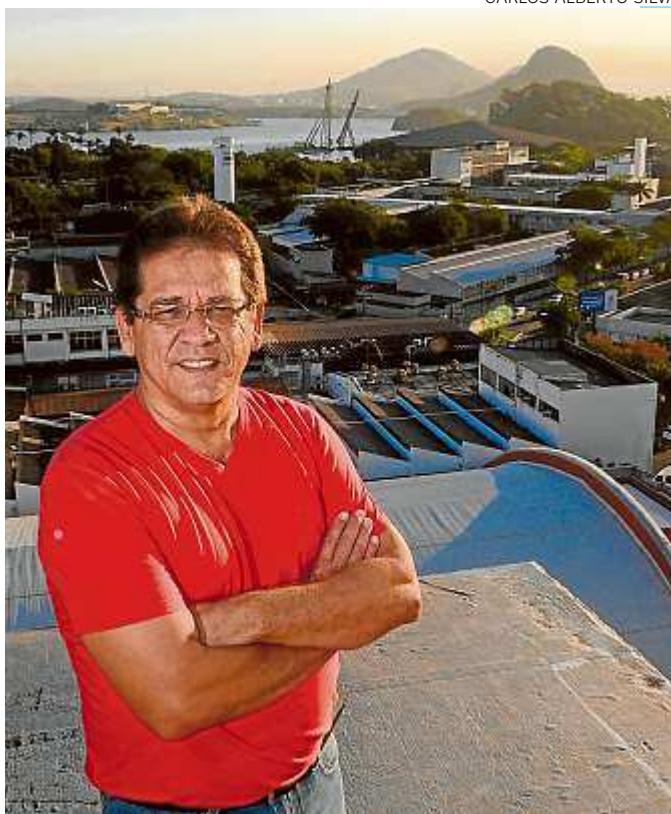
R\$ 728

milhões

É quanto as taxas renderam à Secretaria do Patrimônio da União em 2013.

reiros tentam derrubar um veto da presidente Dilma Rousseff (PT). Ela barrou projeto de lei enviado pelo próprio governo que aliviava valores, dava isenções e retirava cobranças sobre benfeitorias nos terrenos.

Na outra ponta, o deputado federal capixaba Lelo Coimbra (PMDB) relata Medida Provisória (MP) já em vigor que permite a venda desses terrenos, hoje de propriedade da União mes-



CARLOS ALBERTO SILVA

Confusão sem fim

A briga legislativa dos terrenos de marinha virou uma indefinição para os moradores de Vitória, já descrentes com resultados efetivos. Dilma vetou um projeto e agora oferece venda dos terrenos.

“Cada dia é uma coisa, só indefinição. Perderam o controle! O governo apela para cobrar de todo jeito”

—
ALCIDES FRECHIANI
MORADOR DE VITÓRIA

mo que o habitante tenha domínio pleno ou outra certidão de posse. Com ajuda da Procuradoria Geral do Estado, Lelo quer esclarecer os pontos obscuros da MP e

permitir segurança patrimonial aos moradores.

No Espírito Santo, as taxas sobre terrenos de marinha afetam cerca de 100 mil famílias. Segundo justificou

Ferraço na PEC que avançou ontem no Senado, a Emenda Constitucional 46 já teria excluído as ilhas costeiras que sediam municípios do rol de bens da União.

No entanto, até hoje persistiriam dúvidas sobre o dispositivo reformulado da Constituição, o que provoca a taxação dupla, pelos governos federal e municipais, aos proprietários de imóveis urbanos nessas áreas. Diante dessas interpretações divergentes, Rose considerou mais adequado nova alteração na Constituição.

DUPLA COBRANÇA

“Esta PEC pretende superar esse impasse, deixando claro no texto constitucional a exclusão dos bens da União das áreas de terrenos de marinha e seus acrescidos existentes nas ilhas costeiras, sede de municípios. Desta forma, sem colocar em risco a receita da União, mas vislumbrando um benefício significativo para grande número de brasileiros, se encaminha a solução definitiva para a questão”, frisou o senador.

A proposta beneficia outras duas capitais litorâneas – Florianópolis e São Luís –, mas precisa de apoio de bancadas de Estados não vinculados à questão.

ENTENDA O PROBLEMA

Proposta avança

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado aprovou ontem uma proposta de emenda à Constituição (PEC de 2013) que tira do domínio da União os terrenos de marinha localizados em

ilhas costeiras sedes de municípios, como Vitória.

Queda de braço

A PEC 71/2013, de autoria do senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES), altera o artigo 20 do texto constitucional, preservando os demais

casos como sendo bens da União os terrenos de marinha e seus acrescidos. O projeto, que seguiu para a apreciação do plenário do Senado, beneficia outras capitais litorâneas, como Florianópolis (SC) e São Luís (MA).

Outros projetos

Essa exclusão de ilhas costeiras sedes de município da relação de bens da União, porém, ainda precisa de outras votações no Senado e na Câmara, sem data definida. Além disso, o

deputado Lelo Coimbra e o senador Ricardo Ferraço tentam apoios para derrubar veto de Dilma ao projeto de lei que aliviava cobranças de taxas.

Venda de terrenos

Em paralelo, Dilma

enviou medida provisória (já em vigor) ao Congresso para vender terrenos de marinha, mas o texto é confuso e será reparado na relatoria de Lelo. Os critérios e os valores de venda não estão claros.